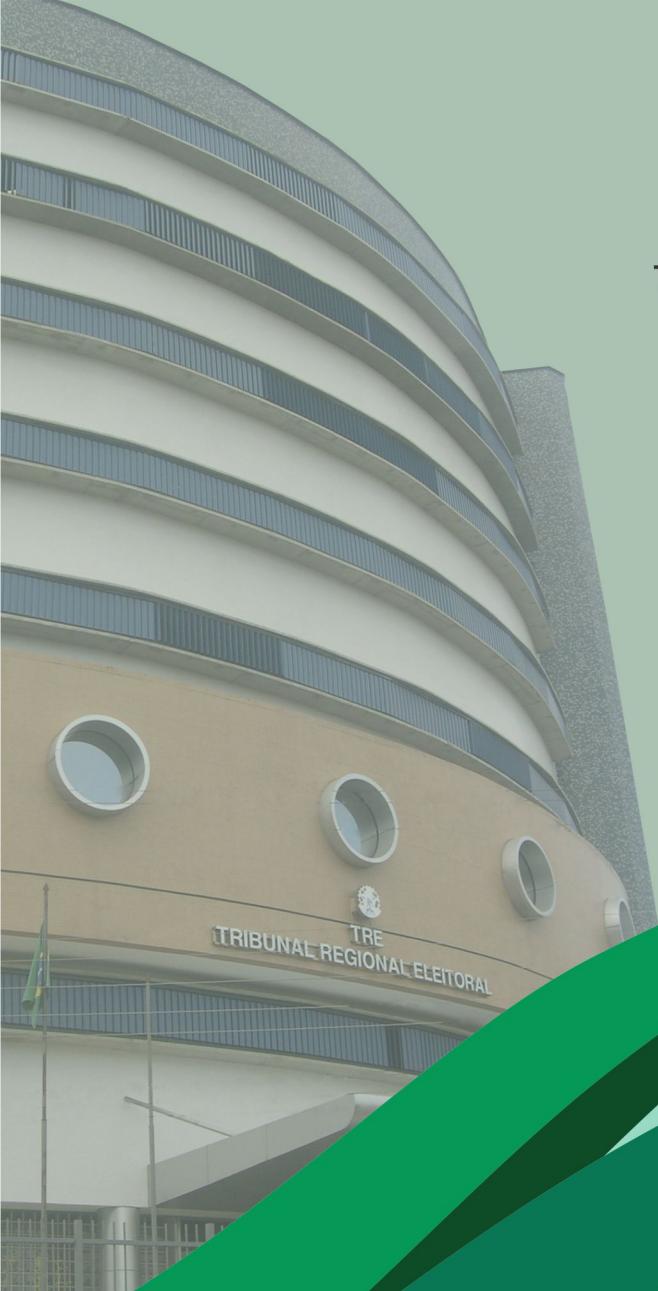




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ



INFORMATIVO TRE-PI

**JANEIRO 2020
Ano IX – Número 1**

TERESINA – PIAUÍ

SUMÁRIO

AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO (AIME)4

- *Cota de gênero – recursos. ação de impugnação de mandato Eletivo – alegativa de fraude para preenchimento da cota de gênero pelo lançamento de candidaturas femininas fictícias – coligação proporcional – procedência – cassação de mandatos de todos os impugnados.*
- *Embargos de declaração – Eleições 2016 – fraude à cota de gênero.*

AÇÃO DE DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE)7

- *Embargos de declaração – fraude à cota de gênero – pretensão de reexame da causa.*
- *Abuso de poder e captação ilícita de sufrágio.*
- *Cota de gênero – Eleições 2016 – candidatos aos cargos proporcionais.*

PRESTAÇÃO DE CONTAS – CANDIDATO9

- *Embargos de declaração – prestação de contas – Eleições 2018 – candidato ao cargo de deputado estadual – omissão – ausência do instrumento de procuração do advogado – juntada de documento em sede de recurso – erro material – inexistência.*
- *Prestação de contas – Eleições 2018 – candidato ao cargo de deputado estadual – irregularidades graves – comprometimento da confiabilidade das contas – prejuízo à efetiva fiscalização pela Justiça Eleitoral – contas desaprovadas.*

PRESTAÇÃO DE CONTAS – PARTIDO POLÍTICO11

- *Prestação de contas – Eleições 2018 – Partido Político – Direção Estadual – descumprimento quanto à entrega dos relatórios financeiros de campanha – atraso na emissão de recibos eleitorais – divergências entre as informações constantes dos canhotos dos recibos de doações e as efetivamente registradas como doações recebidas – impropriedades – ausência de extratos bancários e de abertura da conta denominada de “outros recursos” – destinação insuficiente do valor da cota estabelecida para as candidaturas femininas – omissões de despesas – irregularidades – inviabilidade da aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.*
- *Recurso Eleitoral – prestação de contas – Partido Político – exercício financeiro 2017 – apresentação de declaração de ausência de movimentação financeira.*
- *Recurso Eleitoral – prestação de contas – Partido Poçápolis – Eleições 2016 – contas aprovadas com ressalva – não apresentação de extrato bancário.*
- *Recurso eleitoral – prestação de contas – Partido Político – intempestividade na entrega da prestação de contas – incompatibilidade entre os valores registrados como despesas quando em cotejo com as receitas auferidas – ausência de assinatura do profissional de contabilidade em alguns documentos – falhas formais, inaptas a macular as contas quando analisadas em sua integralidade – contas aprovadas com ressalvas.*
- *Recurso eleitoral – prestação de contas – Partido Político – intempestividade na entrega da prestação de contas – incompatibilidade entre os valores registrados como despesas quando em cotejo com as receitas auferidas – contas aprovadas com ressalvas.*
- *Recurso eleitoral – prestação de contas – Partido Político – Diretório Municipal – falhas – omissão da entrega da prestação de contas parcial – prestação de contas final intempestiva – ausência de extratos bancários relativos à movimentação financeira da conta “outros recursos” - divergência das informações relacionadas aos dirigentes partidários (tesoureiro).*

PROCESSO ADMINISTRATIVO14

- *Preenchimento de vaga de juiz eleitoral de 1º grau.*
- *Recurso – reiterado atraso de pagamento de verbas salariais e da distribuição de fardamentos aos vigilantes – desídia da contratada – prejuízo à administração e aos funcionários da empresa – inexecução parcial do contrato – descumprimento do dever contratual – sanções impostas regularmente, com base no contexto fático-jurídico do caso e em atenção à razoabilidade e à proporcionalidade.*
- *Preliminar de violação ao contraditório e à ampla defesa – rejeitada – reiterado atraso no pagamento de verbas salariais e na distribuição de fardamentos aos vigilantes – desídia da contratada – prejuízo à administração e aos funcionários da empresa – inexecução parcial do contrato.*

RECURSO ELEITORAL **16**

- *Mandato – nulidade da sentença – rejeição – mérito – fragilidade e insubstância da prova. prova testemunhal favorável à tese da defesa – fraude não comprovada – ausência de provas robustas do ilícito – improcedência dos pleitos exordiais – recursos conhecidos – improvido o apelo do ministério público eleitoral – provido apenas o recurso dos impugnados.*

REPRESENTAÇÃO **17**

- *Recurso – representação – propaganda eleitoral antecipada – radialistas. pré-candidatura – recurso conhecido e parcialmente provido – aplicação de multa.*
- *Recurso – representação – Eleições 2010 – preliminar de nulidade da sentença, inaplicabilidade dos efeitos da revelia – rejeição – prejudicial de mérito de decadência.*

ANEXO I – DESTAQUE **20**

ANEXO II – PRODUTIVIDADE MENSAL DOS MAGISTRADOS DO TRE-PI **38**

1 AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO

RECURSO ELEITORAL N° 0600562-86.2019.6.18.0000 (PJE). ORIGEM: PIMENTEIRAS/PI (89ª ZONA ELEITORAL – VALENÇA DO PIAUÍ/PI) – RELATOR: JUIZ AGLIBERTO GOMES MACHADO – JULGADO EM 22 DE JANEIRO DE 2020.

RECURSOS. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO. ALEGATIVA DE FRAUDE PARA PREENCHIMENTO DA COTA DE GÊNERO PELO LANÇAMENTO DE CANDIDATURAS FEMININAS FICTÍCIAS. ART. 10, § 3º, DA LEI N° 9.504/97. ELEIÇÕES 2016. COLIGAÇÃO PROPORCIONAL. PROCEDÊNCIA. CASSAÇÃO DE MANDATOS DE TODOS OS IMPUGNADOS. PRELIMINARES DE NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E DE CERCEAMENTO DE DEFESA POR INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE OITIVA DE TESTEMUNHA. REJEITADAS. PREJUDICIAL DE MÉRITO DE AUSÊNCIA DE PROVAS DA ALEGADA FRAUDE. DESCABIMENTO POR TRATAR-SE DO PRÓPRIO MÉRITO. MÉRITO. EXISTÊNCIA DE PROVAS SUFICIENTES PARA CARACTERIZAÇÃO DO ILÍCITO. ESCOLHA POSTERIOR E APARTADA DAS CANDIDATAS, APÓS A CONVENÇÃO OFICIAL. PRESTAÇÕES DE CONTAS IDÊNTICAS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE MATERIAL DE CAMPANHA DAS MULHERES. VOTAÇÃO ZERADA OU INEXPRESSIVA. MULHERES QUE FORAM CANDIDATAS EM 2012 E OBTIVERAM A MESMA PÍFIA VOTAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PLEITO DE CASSAÇÃO DE TODOS OS IMPUGNADOS. RECÁLCULO DO QUOCIENTE PARTIDÁRIO. INVIALIDADE DE DECRETAÇÃO DE INELEGIBILIDADE EM SEDE DE AÇÃO IMPUGNATÓRIA. EXTINÇÃO DA MULTA IMPOSTA A UM DOS RECORRENTES POR EMBARGOS PROTELATÓRIOS. DESCABIMENTO DA PENALIDADE POR SE TRATAR DE PRIMEIROS ACLARATÓRIOS QUE APONTAM OMISSÃO. DESPROVIMENTO DO PRIMEIRO RECURSO E PROVIMENTO PARCIAL DOS OUTROS DOIS APELOS.

1. Preliminar de nulidade da sentença por ausência de fundamentação.

Quando a sentença se reporta, de forma motivada, a todas as matérias de ordem preliminar e prejudicial, bem como ao mérito da questão, não há falar em ausência de fundamentação. Rejeição.

2. Preliminar de cerceamento de defesa por indeferimento de pedido de oitiva de testemunha

Constatada a relação filial entre a testemunha cujo depoimento foi requerido e uma das pessoas impugnadas, a ocasionar seu evidente interesse e consequente suspeição no feito, é perfeitamente justificado o indeferimento do pedido de diligência respectivo. Por outro lado, o pedido de reconhecimento de nulidade processual deve ser formulado mediante a demonstração do prejuízo eventualmente sofrido, pois, como sabido, sem demonstração de efetivo prejuízo, não se declara nulidade. Rejeição.

3. Prejudicial de mérito de ausência de provas da alegada fraude

A alegativa de ausência de prova do ilícito retratado na inicial diz respeito ao próprio mérito da questão.

Mérito.

4. Havendo prova robusta da prática de fraude à cota de gêneros, impõe-se a aplicação da sanção prevista de cassação de mandatos e diplomas a todos os candidatos envolvidos na ilicitude e/ou por ela beneficiados. No caso de candidatura proporcional, a penalidade deve alcançar todos os componentes da respectiva chapa.

5. Na espécie, a fraude restou demonstrada diante da constatação de que as candidaturas femininas foram “indicadas” em reunião restrita entre os representantes dos partidos coligados, dias após as convenções oficiais, nas quais foram escolhidos apenas homens para disputar o cargo de vereador em nome dos respectivos grêmios; bem como ante a comprovação de identidade das prestações de contas; de ausência de gastos de campanha, de propaganda eleitoral e de atos condizentes com a vontade de concorrer; além de

votação zerada ou pífia e do fato de que as candidatas ditas fictícias participaram do pleito anterior (2012), obtendo, nos mesmos moldes, votação zero ou inexpressiva.

6. Os depoimentos prestados pelas testemunhas em Juízo foram bastante contraditórios no que se refere ao cerne da questão, isto é, à realização ou não de efetiva campanha pelas mulheres, sendo uma das depoentes, arrolada pelos impugnados, declarou que as candidatas não pediram seu voto, não tinham material de campanha e que, nas casas delas, não havia propaganda eleitoral.

7. Cassação dos mandatos de todos os candidatos eleitos e suplentes que concorreram ao pleito por meio do mesmo DRAP fraudulento.

8. Realização de recálculo de votos no que se refere aos cargos proporcionais.

9. Não há falar em decretação de inelegibilidade na espécie, haja vista que não prevista tal sanção como resultado da procedência de ação impugnatória, o que se dá, em verdade, de forma reflexa.

10. Extinção da penalidade de multa imposta em primeiro grau por protelação, considerando que, na espécie, tratou-se de primeiros e únicos embargos, em cujas razões se alegou a existência de omissão na decisão.

11. Desprovimento de um dos recursos e provimento parcial dos outros dois.

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL N° 0602011-16.2018.6.18.0000 (PJE).
ORIGEM: LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ/PI (69ª ZONA ELEITORAL – SÃO JOÃO DO PIAUÍ/PI) – RELATOR
JUIZ AGLIBERTO GOMES MACHADO – JULGADO EM 31 DE JANEIRO DE 2020.**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSOS EM AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO – AIME. ELEIÇÕES 2016. FRAUDE À COTA DE GÊNERO PREVISTA NO ART. 10, §3º, DA LEI N° 9.504/97. OMISSÕES. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 1.022 DO CPC. MATÉRIA DEVIDAMENTE ENFRENTADA. PRETENSÃO DE REEXAME DA CAUSA. DESPROVIMENTO.

1. Os embargos de declaração constituem instrumento processual destinado à correção de decisão quando eivada de obscuridades, contradições, omissões e/ou com erros materiais.

2. Tendo a Corte Eleitoral se manifestado, fundamentadamente, acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia, impõe-se o desprovimento dos aclaratórios.

3. A oposição de embargos de declaração não serve à rediscussão de matéria já apreciada pela Corte.

4. Embargos conhecidos e desprovidos.

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL N° 0602013-83.2018.6.18.0000. ORIGEM:
LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ/PI (69ª ZONA ELEITORAL – SÃO JOÃO DO PIAUÍ/PI) - RELATOR JUIZ
AGLIBERTO GOMES MACHADO – JULGADO EM 31 DE JANEIRO DE 2020.**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSOS EM AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO – AIME. ELEIÇÕES 2016. FRAUDE À COTA DE GÊNERO PREVISTA NO ART. 10, §3º, DA LEI N° 9.504/97. OMISSÕES. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 1.022 DO CPC. MATÉRIA DEVIDAMENTE ENFRENTADA. PRETENSÃO DE REEXAME DA CAUSA. DESPROVIMENTO.

1. Os embargos de declaração constituem instrumento processual destinado à correção de decisão quando eivada de obscuridades, contradições, omissões e/ou com erros materiais.

2. Tendo a Corte Eleitoral se manifestado, fundamentadamente, acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia, impõe-se o desprovimento dos aclaratórios.
3. A oposição de embargos de declaração não serve à rediscussão de matéria já apreciada pela Corte.
4. Embargos conhecidos e desprovidos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL N° 0602010-31.2018.6.18.0000 (PJE). ORIGEM: LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ/PI (69ª ZONA ELEITORAL - SÃO JOÃO DO PIAUÍ/PI) - RELATOR JUIZ AGLIBERTO GOMES MACHADO - JULGADO EM 31 DE JANEIRO DE 2020.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSOS EM AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL - AIJE. ELEIÇÕES 2016. FRAUDE À COTA DE GÊNERO PREVISTA NO ART. 10, §3º, DA LEI N° 9.504/97. OMISSÕES. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 1.022 DO CPC. MATÉRIA DEVIDAMENTE ENFRENTADA. PRETENSÃO DE REEXAME DA CAUSA. DESPROVIMENTO.

1. *Os embargos de declaração constituem instrumento processual destinado à correção de decisão quando eivada de obscuridades, contradições, omissões e/ou com erros materiais.*
2. *Tendo a Corte Eleitoral se manifestado, fundamentadamente, acerca de todas as questões relevantes para a solução da controvérsia, impõe-se o desprovimento dos aclaratórios.*
3. *A oposição de embargos de declaração não serve à rediscussão de matéria já apreciada pela Corte.*
4. *Embargos conhecidos e desprovidos.*

RECURSO ELEITORAL N° 0600478-85.2019.6.18.0000 (PJE). ORIGEM: RIO GRANDE DO PIAUÍ/PI (72ª ZONA ELEITORAL - ITAUEIRA/PI) - RELATOR - DESEMBARGADOR OLÍMPIO JOSÉ PASSOS GALVÃO - JULGADO EM 31 DE JANEIRO DE 2020

RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2016. ABUSO DE PODER E CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. QUANTIA EM TROCA DE DOCUMENTOS PARA OBSTAR VOTAÇÃO DE ELEITORES. SENTENÇA. PROCEDÊNCIA. APELO. PRELIMINARES. CERCEAMENTO DE DEFESA REJEITADA. ILICITUDE DE PROVA PREJUDICADA. MÉRITO. FRAGILIDADE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. NÃO COMPROVAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO OU ANUÊNCIA DOS CANDIDATOS NO ILÍCITO ELEITORAL. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. *Preliminar de cerceamento de defesa rejeitada, porquanto houve irrestrito acesso às mídias questionadas, sem negação de autenticidade ou veracidade do respectivo conteúdo, e tampouco comprovou-se prejuízo no exercício de garantias e direitos da defesa.*
2. *Preliminar de ilicitude de prova prejudicada, uma vez que se trata de matéria afeita ao próprio mérito da demanda, porquanto exige apreciação do contexto fático das gravações, pertinente às circunstâncias da captação do fato e identidade dos interlocutores.*
3. *Inobstante se tenha comprovada a captação ilícita do sufrágio, verifica-se que o acervo probatório é demasiadamente frágil no sentido de se firmar a participação ou anuência dos Recorrentes.*
4. *A mera presunção de que os Investigados tenham se beneficiado do ato ilícito praticado não se mostra suficiente para fundamentar o provimento condenatório na presente ação. Precedentes.*
5. *Provimento do recurso.*

RECURSO ELEITORAL N° 0602016-38.2018.6.18.0000 (PJE). ORIGEM: PEDRO LAURENTINO/PI (69ª ZONA ELEITORAL - SÃO JOÃO DO PIAUÍ/PI) - RELATOR DESEMBARGADOR OLÍMPIO JOSÉ PASSOS GALVÃO - JULGADO EM 31 DE JANEIRO DE 2020

RECURSO. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. JULGAMENTO CONJUNTO COM AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO. ELEIÇÕES 2016. CANDIDATOS AOS CARGOS PROPORCIONAIS. VEREADORES. COLIGAÇÃO. ALEGATIVA DE FRAUDE NO PREENCHIMENTO DA COTA DE GÊNERO PELO LANÇAMENTO DE CANDIDATURAS FEMININAS FICTÍCIAS. VIOLAÇÃO. ART. 10, § 3º, DA LEI N. 9.504/97. AUSÊNCIA DE VOTOS E DE GASTOS NA CAMPANHA ELEITORAL. PROVA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. CASSAÇÃO DOS REGISTROS. NULIDADE DOS VOTOS DAS CANDIDATAS QUE PROPORCIONARAM A FRAUDE E DOS CANDIDATOS MASCULINOS QUE FORAM ATINGIDOS PELO CÁLCULO. DECLARAÇÃO DE INELEGIBILIDADE DAS CANDIDATAS QUE PROPORCIONARAM A OCORRÊNCIA DA INFRAÇÃO. DETERMINAÇÃO DE RECÁLCULO DO QUOCIENTE PARTIDÁRIO. RECURSO. QUESTÃO PROCESSUAL. TERCEIROS INTERESSADOS. INGRESSO. ADMISSÃO. PRELIMINARES. ILEGITIMIDADE PASSIVA DOS CANDIDATOS NÃO ELEITOS / NÃO DETENTORES DE MANDATO. NULIDADE DA SENTENÇA. REJEIÇÃO. MÉRITO. FRAGILIDADE E INSUBSISTÊNCIA DA PROVA. PROVA TESTEMUNHAL FAVORÁVEL À TESE DA DEFESA. FRAUDE NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE PROVAS ROBUSTAS DO ILÍCITO. IMPROCEDÊNCIA DOS PLEITOS EXORDIAIS. RECURSOS CONHECIDOS. IMPROVIDOS OS APELOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL E DOS TERCEIROS INTERESSADOS. PROVADO APENAS O RECURSO DOS INVESTIGADOS.

1. Admissão dos terceiros interessados (art. 996, do CPC), uma vez demonstrado o interesse jurídico dos recorrentes.
2. Preliminar de ilegitimidade passiva dos não detentores de mandado afastada.
3. Preliminar de nulidade da sentença afastada: deve ser tida como válida a sentença que atende aos requisitos legais e é suficientemente fundamentada.
4. Mérito: a falta de obtenção de voto, a ausência de movimentação e gastos de campanha, a propaganda ínfima e a confessada desistência tácita da campanha eleitoral podem até configurar indícios, mas não bastam para reconhecer a ocorrência de fraude na composição da cota de gênero, para a qual se exige prova robusta, mormente tendo-se em consideração as graves sanções advindas da procedência da ação investigatória, a afastar a possibilidade de condenação com base em presunções. Precedentes reiterados deste Tribunal.
5. Recursos conhecidos e provido apenas o recurso interposto pelos Investigados, para reformar a sentença de piso.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 0601605-92.2018.6.18.0000 (PJE). ORIGEM: TERESINA/PI – RELATOR: JUIZ THIAGO MENDES DE ALMEIDA FÉRRER – JULGADO EM 23 DE JANEIRO DE 2020.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2018. CANDIDATO AO CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL. OMISSÃO. AUSÊNCIA DO INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO DO ADVOGADO. JUNTADA DE DOCUMENTO EM SEDE DE RECURSO. ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA.

1. *O acórdão embargado julgou como não prestadas as contas de campanha em razão da não apresentação de diversos documentos considerados obrigatórios pela Resolução TSE nº 23.553/2017, com destaque para a ausência da procuração para constituição de advogado. Precedentes desta Corte e do c. TSE.*
2. *Embargante foi devidamente intimado para suprir a referida falha durante a instrução processual, tendo mantido-se inerte.*
3. *Apesar de ter sido o instrumento de procuração apresentado com a petição dos embargos declaratórios, os arts. 269 e 270 do Código Eleitoral não admitem a juntada de documentos em sede de recurso, bem como que nos casos que trata o art. 270. O contrário somente é possível quando a parte demonstrar a impossibilidade de fazê-lo na fase apropriada para tanto, o que não é o caso dos autos.*
4. *Alegação de que o nome do advogado foi mencionado na certidão de julgamento se trata de mero erro material, incapaz de sanar o vício da ausência do instrumento de procuração para constituição de advogado.*
5. *Não constatada omissão no acórdão ora questionado, apto a justificar o acolhimento dos presentes embargos de declaração, não podendo estes rediscutir os fundamentos do acórdão, ainda que tragam novos documentos.*
6. *Embargos conhecidos e desprovidos.*

PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 0601695-03.2018.6.18.0000 (PJE). ORIGEM: TERESINA/PI – RELATOR: JUIZ THIAGO MENDES DE ALMEIDA FÉRRER – JULGADO EM 24 DE JANEIRO DE 2020.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2018. CANDIDATO AO CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL. IRREGULARIDADES GRAVES. COMPROMETIMENTO DA CONFIABILIDADE DAS CONTAS. PREJUÍZO À EFETIVA FISCALIZAÇÃO PELA JUSTIÇA ELEITORAL. CONTAS DESAPROVADAS. APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.553/2017 POR INOBSERVÂNCIA DO LIMITE NA CONTRATAÇÃO DE ALUGUEL DE VEÍCULO PARA A CAMPANHA ELEITORAL.

1. *Extrapolação de limite de gastos: as despesas com aluguel de veículos automotores corresponderam a 38,78% (trinta e oito inteiros e setenta e oito centésimos por cento) do total das despesas contratadas pelo candidato durante a campanha eleitoral, extrapolando, assim, o limite de 20% (vinte por cento) estabelecido pela legislação de regência, o que atrai a imposição de multa no valor equivalente a 100% (cem por cento) do que excedeu ao aludido limite. Tal falha é grave o suficiente para implicar em desaprovação das contas ora em análise. Precedentes desta Corte.*
2. *Impossibilidade de aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade ao caso em tela, haja vista que os valores referentes às irregularidades apontadas não são ínfimos e extrapolam o limite de 10% (dez por cento) previsto pela jurisprudência das Cortes Eleitorais.*

3. O montante referente à extração do limite previsto para gasto com aluguel de veículos corresponde a 12,25% (doze inteiros e vinte e cinco por cento) do total arrecadado para a campanha, afastando a incidência dos referidos princípios ao julgamento deste caso. Precedentes deste Regional.

4. Desaprovação das contas, com a aplicação da multa pela extração do limite com gastos com aluguel de veículos, correspondente a 100% (cem por cento) do que excedeu o citado limite, no montante de R\$ 4.794,17 (quatro mil, setecentos e noventa e quatro reais e dezessete centavos).

PRESTAÇÃO DE CONTAS N° 0601474-20.2018.6.18.0000 (PJE). ORIGEM: TERESINA/PI – RELATOR: JUIZ CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA – JULGADO EM 24 DE JANEIRO DE 2020.

PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2018. PARTIDO POLÍTICO. DIREÇÃO ESTADUAL. RESOLUÇÃO TSE N° 23.553/2017. DESCUMPRIMENTO QUANTO À ENTREGA DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS DE CAMPANHA. ATRASO NA EMISSÃO DE RECIBOS ELEITORAIS. DIVERGÊNCIAS ENTRE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DOS CANHOTOS DOS RECIBOS DE DOAÇÕES E AS EFETIVAMENTE REGISTRADAS COMO DOAÇÕES RECEBIDAS. IMPROPRIEDADES. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS E DE ABERTURA DA CONTA DENOMINADA DE “OUTROS RECURSOS”; DESTINAÇÃO INSUFICIENTE DO VALOR DA COTA ESTABELECIDA PARA AS CANDIDATURAS FEMININAS. OMISSÕES DE DESPESAS. IRREGULARIDADES. INVIABILIDADE DA APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE.

1 – Existência de impropriedades que não impediram a análise das contas, tratando-se de meras falhas formais que ensejam a incidência do disposto no § 2º-A do art. 30 da Lei nº 9.504/97.

2 – Foram identificadas outras irregularidades, relativas à falta de abertura de conta bancária de “Outros Recursos” e à apresentação dos respectivos extratos que, por si só, já ensejaria a desaprovação das contas em apreço.

3 – A omissão de registro e comprovação de despesas é irregularidade grave que denota a ausência de consistência e confiabilidade nas contas prestadas, uma vez que resulta na impossibilidade de atestar a fidedignidade das informações trazidas pela agremiação partidária.

4 – A exigência contida no artigo 10, § 3º, da Lei nº 9.504/97, o qual dispõe que “cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”, tem caráter vinculante e obrigatório, com o escopo de impulsivar a participação feminina na política.

5 – Não se aplicam os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade quando as irregularidades identificadas na prestação de contas são graves, representam mais de 10% do total de recursos arrecadados e/ou inviabilizam o exercício da fiscalização pela Justiça Eleitoral.

6 – Por não haver informações nos autos acerca do valor do repasse mensal futuro de recursos do Fundo Partidário, a fim de que seja possível aferir a quantidade de meses de suspensão das cotas, entendo que a sanção deva ser aplicada por meio do desconto da importância apontada como irregular no valor a ser repassado ao partido.

7 – Contas desaprovadas.

RECURSO ELEITORAL N° 0600454-57.2019.6.18.0000 (PJe). ORIGEM: JOSÉ DE FREITAS/PI (24ª ZONA ELEITORAL) – RELATOR JUIZ CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA – JULGADO EM 27 DE JANEIRO DE 2020

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017. RESOLUÇÃO TSE N.º 23.464/2015. APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. PRESENTE DOCUMENTAÇÃO APTA A COMPROVAR A INEXISTÊNCIA DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. CARÁTER JURISDICIONAL DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. FALHA NA REGULARIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL.

1. Tratando-se de prestação de contas referente ao exercício financeiro de 2017, as eventuais irregularidades e impropriedades detectadas devem ser examinadas de acordo com a Resolução TSE nº 23.464/2015, segundo dicção do art. 76, c/c o art. 65, § 3º, inciso III, da Resolução TSE nº 23.546/2017.

2. A data da outorga de poderes ao advogado posterior à data de propositura da ação, sem que tenha havido ratificação dos atos anteriores, implica na persistência da falha na representação processual, ensejando, assim, a reforma da decisão e o julgamento das contas como não prestadas.

3. Recurso provido. Sentença reformada.

RECURSO ELEITORAL N° 0600024-71.2020.6.18.0000 (PJE). ORIGEM: SANTA ROSA DO PIAUÍ/PI (5ª ZONA ELEITORAL – OEIRAS/PI) – RELATOR: JUIZ ANTÔNIO SOARES DOS SANTOS – JULGADO EM 28 DE JANEIRO DE 2020.

RECURSO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. ELEIÇÕES 2016. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS. 1. NÃO APRESENTAÇÃO DE EXTRATO BANCÁRIO. A Resolução TSE nº 23.463/2015, ao tratar da elaboração e da prestação das contas de campanha, no seu art. 48, inicia, já no caput, por determinar a juntada dos extratos bancários à prestação de contas mesmo que não haja movimentação financeira. Entretanto, a análise técnica juntou aos autos os extratos eletrônicos da conta bancária destinada a outros recursos e comprovou a ausência de movimentação financeira registrada pela agremiação, conforme se vê do documento ID 2674070. Desse modo, a falta dos extratos físicos, em que pese constitua irregularidade, não impedi a análise e a confiabilidade das contas devendo ser mantida a imposição de ressalvas. 2– RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

RECURSO ELEITORAL N° 0600012-57.2020.6.18.0000 (PJE). ORIGEM: SÃO JOÃO DA VARJOTA/PI (5ª ZONA ELEITORAL – OEIRAS/PI) – RELATOR: JUIZ AGLIBERTO GOMES MACHADO – JULGADO EM 30 DE JANEIRO DE 2020.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016. RESOLUÇÃO TSE N. 23.464/2015 INTEMPESTIVIDADE NA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS. INCOMPATIBILIDADE ENTRE OS VALORES REGISTRADOS COMO DESPESAS QUANDO EM COTEJO COM AS RECEITAS AUFERIDAS. AUSÊNCIA DE ASSINATURA DO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE EM ALGUNS DOCUMENTOS. FALHAS FORMAIS, INAPTA A MACULAR AS CONTAS QUANDO ANALISAS EM SUA INTEGRALIDADE. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS. RECURSO DESPROVIDO.

1. A intempestividade na entrega da prestação de contas configura falha formal, inapta a, por si só, ocasionar a sua desaprovação (Precedente do TRE/PI – PC N° 0601498-48.2018.6.18.0000, Relator: Juiz Federal Daniel Santos Rocha Sobral, Sessão de 27/08/2019).

2. A diferença obtida entre os valores lançados como receita e despesa nas planilhas apresentadas pelo partido foi devidamente registrada como saldo a ser aplicado no exercício do ano seguinte, de modo que não há que se falar em inconsistência de informações.

3. As assinaturas do profissional de contabilidade nos documentos apresentados após as diligências são suficientes para atestar a veracidade das demais informações insertas na prestação de contas.

4. Contas aprovadas com ressalvas.

5. Recurso desprovido.

RECURSO ELEITORAL N° 0600019-49.2020.6.18.0000 (PJE). ORIGEM: OEIRAS/PI (5ª ZONA ELEITORAL) – RELATOR: JUIZ AGLIBERTO GOMES MACHADO – JULGADO EM 30 DE JANEIRO DE 2020.

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016. RESOLUÇÃO TSE N. 23.464/2015. INTEMPESTIVIDADE NA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS. INCOMPATIBILIDADE ENTRE OS VALORES REGISTRADOS COMO DESPESAS QUANDO EM COTEJO COM AS RECEITAS AUFERIDAS. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS. RECURSO DESPROVIDO.

1. *A intempestividade na entrega da prestação de contas configura falha formal, inapta a, por si só, ocasionar a sua desaprovação (Precedente do TRE/PI – PC Nº 0601498-48.2018.6.18.0000, Relator: Juiz Federal Daniel Santos Rocha Sobral, Sessão de 27/08/2019).*
2. *A diferença obtida entre os valores lançados como receita e despesa nas planilhas apresentadas pelo partido foi devidamente registrada como saldo a ser aplicado no exercício do ano seguinte, de modo que não há que se falar em inconsistência de informações.*
3. *Contas aprovadas com ressalvas.*
4. *Recurso desprovido.*

RECURSO ELEITORAL Nº 0600006-50.2020.6.18.0000 (PJE). ORIGEM: OEIRAS/PI - RELATOR DESEMBARGADOR OLÍMPIO JOSÉ PASSOS GALVÃO – JULGADO EM 30 DE JANEIRO DE 2020

RECURSO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2018. PARTIDO POLÍTICO. DIRETÓRIO MUNICIPAL. FALHAS. OMISSÃO DA ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL INTEMPESTIVA. AUSÊNCIA DE EXTRATOS BANCÁRIOS RELATIVOS À MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DA CONTA “OUTROS RECURSOS”. DIVERGÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELACIONADAS AOS DIRIGENTES PARTIDÁRIOS (TESOUREIRO). PARECER TÉCNICO PELA APROVAÇÃO COM RESSALVAS. SENTENÇA. APROVA AS CONTAS, COM RESSALVAS. VÍCIOS FORMAIS. CAMPANHA SEM MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS, CIRCUNSTÂNCIA CONFIRMADA POR EXTRATOS BANCÁRIOS ELETRÔNICOS EXTRAÍDOS DOS SISTEMAS DISPONIBILIZADOS PELA JUSTIÇA ELEITORAL. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORACIONALIDADE. FALHAS QUE NÃO COMPROMETEM A REGULARIDADE E CONFIABILIDADE DAS CONTAS NEM IMPEDEM O CONTROLE PELA JUSTIÇA ELEITORAL. RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.

- *A ausência de extratos bancários relativos à movimentação financeira da conta “outros recursos” configura, via de regra, vício grave e apto a gerar a desaprovação das contas. Contudo, in casu, tal vício não inviabilizou o exame das contas por esta Justiça Especializada, uma vez que consta no opinativo técnico que, quando da análise da movimentação financeira, foi possível a verificação das informações através do banco de dados da Justiça Eleitoral. Ademais, a prestação de contas foi apresentada sem movimentação financeira, circunstância confirmada por extratos bancários eletrônicos extraídos dos sistemas disponibilizados pela Justiça Eleitoral (SPCA E SPCE WEB).*
- *A omissão da entrega da prestação de contas parcial e a intempestividade da prestação de contas final configuram falhas aptas a impor ressalvas nas contas. Precedentes deste Tribunal.*
- *Inconsistências nas informações relacionadas aos dirigentes (tesoureiro) do partido, porque divergentes das registradas no sistema SGIP, configura falha formal, apta a gerar ressalvas nas contas.*
- *Recurso conhecido e desprovido.*

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0600583-62.2019.6.18.0000 (PJE). ORIGEM: TERESINA/PI (98^a ZONA ELEITORAL) – RELATOR: DESEMBARGADOR FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO – JULGADO EM 31 DE JANEIRO DE 2020.

PROCESSO ADMINISTRATIVO. PREENCHIMENTO DE VAGA DE JUIZ ELEITORAL DE 1º GRAU. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO. 98^a ZONA ELEITORAL/PI. RESOLUÇÃO TSE 21.009/2002, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO TSE 22.197/2006. REQUERIMENTOS. CUMPRIMENTO DAS FORMALIDADES LEGAIS PELO MAGISTRADO. DEFERIMENTO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0600589-69.2019.6.18.0000 (PJE). ORIGEM: SÃO RAIMUNDO NONATO/PI (13^a ZONA ELEITORAL) – RELATOR: DESEMBARGADOR FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO – JULGADO EM 31 DE JANEIRO DE 2020.

PROCESSO ADMINISTRATIVO. PREENCHIMENTO DE VAGA DE JUIZ ELEITORAL DE 1º GRAU. 13^a ZONA ELEITORAL/PI. RESOLUÇÃO TSE 21.009/2002, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO TSE 22.197/2006. RESOLUÇÃO TRE/PI 66/2002, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO TRE/PI 162/2009. DESISTÊNCIA DE UM MAGISTRADO. CUMPRIMENTO DAS FORMALIDADES LEGAIS PELO MAGISTRADO. DEFERIMENTO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0600599-16.2019.6.18.0000 (PJE). ORIGEM: FLORIANO/PI (61^a ZONA ELEITORAL) – RELATOR: DESEMBARGADOR FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO – JULGADO EM 31 DE JANEIRO DE 2020.

PROCESSO ADMINISTRATIVO. PREENCHIMENTO DE VAGA DE JUIZ ELEITORAL. 61^a ZONA ELEITORAL – FLORIANO/PI. RESOLUÇÃO TSE 21.009/2002, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO TSE 22.197/2006, RESOLUÇÃO TRE/PI 66/2002, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO TRE/PI 162/2009. REQUERIMENTO ÚNICO. CUMPRIMENTO DAS FORMALIDADES LEGAIS PELO MAGISTRADO. DEFERIMENTO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0600600-98.2019.6.18.0000 (PJE). ORIGEM: VALENÇA DO PIAUÍ/PI (89^a ZONA ELEITORAL) – RELATOR: DESEMBARGADOR FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO – JULGADO EM 31 DE JANEIRO DE 2020.

PROCESSO ADMINISTRATIVO. PREENCHIMENTO DE VAGA DE JUIZ ELEITORAL. 89^a ZONA ELEITORAL – VALENÇA DO PIAUÍ/PI. RESOLUÇÃO TSE 21.009/2002, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO TSE 22.197/2006, RESOLUÇÃO TRE/PI 66/2002, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO TRE/PI 162/2009. REQUERIMENTO ÚNICO. CUMPRIMENTO DAS FORMALIDADES LEGAIS PELO MAGISTRADO. DEFERIMENTO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0600516-97.2019.6.18.0000 (PJE). ORIGEM: TERESINA/PI – RELATOR JUIZ AGLIBERTO GOMES MACHADO – JULGADO EM 31 DE JANEIRO DE 2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO. RECURSO. REITERADO ATRASO DE PAGAMENTO DE VERBAS SALARIAIS E DA DISTRIBUIÇÃO DE FARDAMENTOS AOS VIGILANTES. DESÍDIA DA CONTRATADA. PREJUÍZO À ADMINISTRAÇÃO E AOS FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA. INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO. DESCUMPRIMENTO DO DEVER CONTRATUAL. SANÇÕES IMPOSTAS

REGULARMENTE, COM BASE NO CONTEXTO FÁTICO-JURÍDICO DO CASO E EM ATENÇÃO À RAZOABILIDADE E À PROPORCIONALIDADE. INDEFERIMENTO DO PLEITO. RECURSO DESPROVIDO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600557-64.2019.6.18.0000 (PJE). ORIGEM: TERESINA/PI – RELATOR JUIZ AGLIBERTO GOMES MACHADO – JULGADO EM 31 DE JANEIRO DE 2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO. PRELIMINAR DE VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. REJEITADA. REITERADO ATRASO NO PAGAMENTO DE VERBAS SALARIAIS E NA DISTRIBUIÇÃO DE FARDAMENTOS AOS VIGILANTES. DESÍDIA DA CONTRATADA. PREJUÍZO À ADMINISTRAÇÃO E AOS FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA. INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO. O DESCUMPRIMENTO DO DEVER CONTRATUAL AUTORIZA A ASSUNÇÃO DOS PAGAMENTOS DOS SALÁRIOS E DOS ENCARGOS TRABALHISTAS DIRETAMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO. A RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO E A ABERTURA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE OUTRA EMPRESA. MEDIDAS IMPOSTAS REGULARMENTE, COM BASE NO CONTEXTO FÁTICO-JURÍDICO DO CASO, COM VISTAS A EVITAR A RESPONSABILIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO EM VIRTUDE DO INADIMPLEMENTO DA CONTRATADA. RECURSO DESPROVIDO.

RECURSO ELEITORAL N° 0602033-74.2018.6.18.0000 (PJE). ORIGEM: PEDRO LAURENTINO/PI (69ª ZONA ELEITORAL – SÃO JOÃO DO PIAUÍ/PI) - RELATOR DESEMBARGADOR OLÍMPIO JOSÉ PASSOS GALVÃO – JULGADO EM 31 DE JANEIRO DE 2020

MANDATO. NULIDADE DA SENTENÇA. REJEIÇÃO. MÉRITO. FRAGILIDADE E INSUBSISTÊNCIA DA PROVA. PROVA TESTEMUNHAL FAVORÁVEL À TESE DA DEFESA. FRAUDE NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE PROVAS ROBUSTAS DO ILÍCITO. IMPROCEDÊNCIA DOS PLEITOS EXORDIAIS. RECURSOS CONHECIDOS. IMPROVIDO O APELO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL. PROVIDO APENAS O RECURSO DOS IMPUGNADOS.

- 1. Preliminar de ilegitimidade passiva dos não detentores de mandato afastada.*
- 2. Preliminar de nulidade da sentença afastada: deve ser tida como válida a sentença que atende aos requisitos legais e é suficientemente fundamentada.*
- 3. Mérito: a falta de obtenção de voto, a ausência de movimentação e gastos de campanha, a propaganda ínfima e a confessada desistência tácita da campanha eleitoral podem até configurar indícios, mas não bastam para reconhecer a ocorrência de fraude na composição da cota de gênero, para a qual se exige prova robusta, mormente tendo-se em consideração as graves sanções advindas da procedência da ação impugnatória, a afastar a possibilidade de condenação com base em presunções. Precedentes reiterados deste Tribunal.*
- 4. Recursos conhecidos, mas improvido o apelo do Parquet e provido apenas o recurso dos Impugnados, para reformar a sentença e julgar improcedente a ação.*

**RECURSO ELEITORAL N° 0600574-03.2019.6.18.0000. ORIGEM: PIRIPIRI/PI (11ª ZONA ELEITORAL)
- RELATOR: JUIZ AGLIBERTO GOMES MACHADO - JULGADO EM 29 DE JANEIRO DE 2020.**

RECURSO. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA. RADIALISTAS. PRÉ-CANDIDATURA. PROGRAMAS DE RÁDIO COM TEOR POLÍTICO-ADMINISTRATIVO. DIVULGAÇÃO DE PRÉ-CANDIDATURA, DE AÇÕES QUE SE PRETENDE DESENVOLVER E PEDIDO DE APOIO POLÍTICO. AFRONTA AO § 3º, DO ART. 36-A, DA LEI DAS ELEIÇÕES. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. APLICAÇÃO DE MULTA.

1. *O § 3º do art. 36-A da Lei das Eleições exclui os profissionais de comunicação social, no exercício da profissão, das liberalidades do § 2º do mesmo dispositivo. E o faz, certamente, por dever de zelo à isonomia entre os pretensos players da corrida eleitoral, considerando que, pela própria natureza de seu mister, tais profissionais já exibem para o grande público sua figura normalmente, fazendo-se lembrar para o eleitorado em geral, de modo habitual – oportunidade que não contempla os demais pré-candidatos. Tal condição exige, de fato, um maior cuidado, a fim de que aquele que trabalha se expondo diretamente no rádio, na TV ou na internet não se utilize dessa vantagem, em proveito próprio, para fins especificamente eleitorais.*

2. *Não obstante o marcante avanço da influência da internet nas campanhas eleitorais, nas pequenas cidades do interior do país, o rádio ainda é o meio de comunicação de maior alcance, o que torna mais gravosa sua utilização para fins vedados na legislação.*

3. *Representados radialistas com carreira política no município, que apresentam programas semanais particulares em rádio de grande alcance local, com teor político-administrativo e sem permitir a participação de opositores, que tecem ácidas críticas ao atual gestor e adversário político, em falas salpicadas de nítido conteúdo eleitoral, divulgando a pré-candidatura de um deles, expondo as ações que pretende desenvolver e pedindo apoio político do eleitorado, incorrem na vedação do art. 36-A, § 3º, da Lei n. 9.504/97.*

4. *O fato de se estar ainda no ano anterior ao eleitoral, em determinadas situações, representa um fator de maior preocupação com relação à propaganda eleitoral irregular, especialmente quando não se trata de uma aparição ou fala esporádica, eventual, avulsa, numa breve entrevista ou participação em programa, mas de conduta habitual, recorrente e periódica, continuada todos os sábados, que, se canalizar mensagem de campanha, exercerá irrefutável influência sobre o eleitorado, com forte potencial de afetar o equilíbrio entre os futuros concorrentes, justamente pela longa (mas reiterada) antecedência em relação ao pleito.*

5. *No exercício do seu mister, o radialista não pode se valer do alcance de seus pronunciamentos, recebidos de forma passiva na casa dos eleitores, para se beneficiar politicamente visando atrair para si votos no futuro pleito eleitoral.*

6. *No presente caso, o simples fato de não haver pedido explícito de voto não retira da conduta denunciada a ilicitude. É que a interpretação sistemática e até mesmo literal do art. 36-A conduz à conclusão de que o pré-candidato que possui o ofício de radialista pode praticar as ações descritas no caput e nos incisos do aludido dispositivo, como qualquer outro pretenso concorrente, em igualdade de condições. Contudo, é expressamente vedado que, no exercício do seu mister, isto é, enquanto trabalha, no papel de apresentador de programa de rádio, incida nas práticas elencadas no § 2º do mesmo artigo, por expressa proibição do § 3º seguinte.*

7. *No que tange à radio que veicula a propaganda extemporânea, possui sua cota de responsabilidade pelo ilícito, na medida em que, independentemente do tipo de contrato que mantém com os apresentadores e do aviso de que os programas são de inteira responsabilidade de ambos, para fins eleitorais, sobressai sua*

contribuição, por ação ou omissão, para que a ilegalidade aconteça, por meio de sua estrutura de transmissão.

8. Imposição da sanção de multa prevista no art. 36, § 3º, da Lei n. 9.504/97, no patamar mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), de modo individual, a cada um dos representados, em atenção aos princípios de razoabilidade e proporcionalidade na espécie.

9. Recurso conhecido e provido em parte.

RECURSO ELEITORAL N° 0600594-91.2019.6.18.0000 (PJe). ORIGEM: BOM JESUS/PI - RELATOR: JUIZ THIAGO MENDES DE ALMEIDA FÉRRER – JULGADO EM 29 DE JANEIRO DE 2020.

RECURSO. REPRESENTAÇÃO. ELEIÇÕES 2010. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA, INAPLICABILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. REJEIÇÃO. PREJUDICIAL DE MÉRITO DE DECADÊNCIA. REJEIÇÃO. DOAÇÃO ACIMA DO LIMITE LEGAL PARA CAMPANHA. PESSOA FÍSICA. VALORES ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO. IMPOSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PRESUNÇÃO RELATIVA DE REGULARIDADE DA DOAÇÃO.

1. *Preliminar de nulidade da sentença. Inaplicabilidade dos efeitos da revelia. Embora o recorrente não tenha apresentado defesa, apesar de devidamente citado, o d. magistrado não julgou o feito à revelia deste, pois seu julgamento não foi baseado em meras presunções de veracidade, mas sim nas provas constantes dos autos. Preliminar rejeitada.*

2. *Prejudicial de mérito de decadência. A diplomação dos candidatos eleitos no Estado do Maranhão se deu no dia 16 de dezembro de 2010 e o prazo para o ajuizamento da ação era de 180 (cento e oitenta) dias da data da diplomação, conforme Súmula 21 do TSE, em vigor à época dos fatos. Dessa forma, o prazo final para o ajuizamento do feito era o dia 14 de junho de 2011, data na qual foi protocolada a presente ação pelo Ministério Público Eleitoral. Tempestiva, pois, a representação. Afastada a decadência.*

3. *Mérito. Por se tratar de doação realizada na campanha eleitoral de 2010, aplica-se a regra instituída na redação dada pela Lei nº 12.034/2009, bem como a Resolução TSE nº 23.217/10, em observância ao princípio do tempus regit actum.*

4. *Doação estimável em dinheiro. Nas eleições de 2010, os serviços próprios prestados por terceiros e as doações de bens móveis ou imóveis, efetuadas até o montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), não se sujeitavam à limitação imposta no art. 23, §1º, I, da Lei nº 9.504/97.5. É ônus do autor comprovar que a doação estimada não foi feita com serviços próprios do doador ou que o bem doado não é de propriedade do doador, conforme inteligência do art. 373 do CPC. Precedentes do c. TSE e do e. TRE/PI.*

6. *O magistrado partiu de premissa equivocada para condenar o recorrente no pagamento da multa imposta na sentença, porquanto considerou que a doação por ele realizada foi feita em espécie, quando, na verdade, restou sobejamente comprovado que a doação por ele realizada foi estimada em dinheiro.*

7. *Doação estimável em dinheiro. Deve ser aplicada a norma disposta no art. 23, §7º, haja vista que a doação foi feita no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e, assim, não se submete ao limite legal imposto pelo inciso I, do §1º, do art. 23.*

8. *Ausência de ilegalidade na doação efetuada pelo recorrente na campanha eleitoral de 2010.*

9. *Conhecimento e provimento do recurso. Reforma da sentença para julgar improcedente o pedido formulado na representação.*

ACÓRDÃO N° 060057403

RECURSO ELEITORAL N° 0600574-03.2019.6.18.0000. ORIGEM: PIRIPIRI/PI (11ª ZONA ELEITORAL)

Recorrente: Partido da Social Democracia Brasileira, Diretório Municipal de Piripiri

Advogado: Antônio Mendes Moura (OAB/PI: 2.692)

Recorridos: Radio FM Cidade de Piripiri, Jovenilia Alves de Oliveira Monteiro e Valdivielso de Oliveira Monteiro

Advogado: Marcus Vinicius Santos Spindola Rodrigues (OAB/PI: 12.276)

Relator: Juiz Agliberto Gomes Machado

RECURSO. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA. RADIALISTAS. PRÉ-CANDIDATURA. PROGRAMAS DE RÁDIO COM TEOR POLÍTICO-ADMINISTRATIVO. DIVULGAÇÃO DE PRÉ-CANDIDATURA, DE AÇÕES QUE SE PRETENDE DESENVOLVER E PEDIDO DE APOIO POLÍTICO. AFRONTA AO § 3º, DO ART. 36-A, DA LEI DAS ELEIÇÕES. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. APLICAÇÃO DE MULTA.

1. O § 3º do art. 36-A da Lei das Eleições exclui os profissionais de comunicação social, no exercício da profissão, das liberalidades do § 2º do mesmo dispositivo. E o faz, certamente, por dever de zelo à isonomia entre os pretensos players da corrida eleitoral, considerando que, pela própria natureza de seu mister, tais profissionais já exibem para o grande público sua figura normalmente, fazendo-se lembrar para o eleitorado em geral, de modo habitual – oportunidade que não contempla os demais pré-candidatos. Tal condição exige, de fato, um maior cuidado, a fim de que aquele que trabalha se expondo diretamente no rádio, na TV ou na internet não se utilize dessa vantagem, em proveito próprio, para fins especificamente eleitorais.

2. Não obstante o marcante avanço da influência da internet nas campanhas eleitorais, nas pequenas cidades do interior do país, o rádio ainda é o meio de comunicação de maior alcance, o que torna mais gravosa sua utilização para fins vedados na legislação.

3. Representados radialistas com carreira política no município, que apresentam programas semanais particulares em rádio de grande alcance local, com teor político-administrativo e sem permitir a participação de opositores, que tecem ácidas críticas ao atual gestor e adversário político, em falas salpicadas de nítido conteúdo eleitoral, divulgando a pré-candidatura de um deles, expondo as ações que pretende desenvolver e pedindo apoio político do eleitorado, incorrem na vedação do art. 36-A, § 3º, da Lei n. 9.504/97.

4. O fato de se estar ainda no ano anterior ao eleitoral, em determinadas situações, representa um fator de maior preocupação com relação à propaganda eleitoral irregular, especialmente quando não se trata de uma aparição ou fala esporádica, eventual, avulsa, numa breve entrevista ou participação em programa, mas de conduta habitual, recorrente e periódica, continuada todos os sábados, que, se canalizar mensagem de campanha, exercerá irrefutável influência sobre o eleitorado, com forte potencial de afetar o equilíbrio entre os futuros concorrentes, justamente pela longa (mas reiterada) antecedência em relação ao pleito.

5. No exercício do seu mister, o radialista não pode se valer do alcance de seus pronunciamentos, recebidos de forma passiva na casa dos eleitores, para se beneficiar politicamente visando atrair para si votos no futuro pleito eleitoral.

6. No presente caso, o simples fato de não haver pedido explícito de voto não retira da conduta denunciada a ilicitude. É que a interpretação sistemática e até mesmo literal do art. 36-A conduz à conclusão de que o pré-candidato que possui o ofício de radialista pode praticar as ações descritas no caput e nos incisos do aludido dispositivo, como qualquer outro pretenso concorrente, em igualdade de condições. Contudo, é expressamente vedado que, no exercício do seu mister, isto é, enquanto trabalha, no papel de apresentador de programa de rádio, incida nas práticas elencadas no § 2º do mesmo artigo, por expressa proibição do § 3º seguinte.

7. *No que tange à radio que veicula a propaganda extemporânea, possui sua cota de responsabilidade pelo ilícito, na medida em que, independentemente do tipo de contrato que mantém com os apresentadores e do aviso de que os programas são de inteira responsabilidade de ambos, para fins eleitorais, sobressai sua contribuição, por ação ou omissão, para que a ilegalidade aconteça, por meio de sua estrutura de transmissão.*

8. *Imposição da sanção de multa prevista no art. 36, § 3º, da Lei n. 9.504/97, no patamar mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), de modo individual, a cada um dos representados, em atenção aos princípios de razoabilidade e proporcionalidade na espécie.*

9. *Recurso conhecido e provido em parte.*

Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO, ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por unanimidade, CONHECER do recurso e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, na forma do voto do Relator.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí, em Teresina, 29 de janeiro de 2020.

JUIZ FEDERAL AGLIBERTO GOMES MACHADO

Relator

RELATÓRIO

O SENHOR JUIZ FEDERAL AGLIBERTO GOMES MACHADO (RELATOR): Senhor Presidente, Senhores Juízes Membros desta Egrégia Corte, Senhor Procurador Regional Eleitoral, Senhores Advogados e demais pessoas presentes,

Trata-se de recurso interposto pelo **PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA – PSDB**, **Diretório Municipal de Piripiri/PI** (fls. 133/147 – ID 2491370), contra decisão do Juízo Eleitoral da 11ª Zona/PI, que julgou improcedente a presente representação por propaganda eleitoral extemporânea, ajuizada contra **FM CIDADE DE PIRIPIRI LTDA., JOVENÍLIA ALVES DE OLIVEIRA MONTEIRO e VALDIVIELSON DE OLIVEIRA MONTEIRO**.

Segundo a exordial (fls. 01/42 – ID 2491370), os representados vêm fazendo propaganda eleitoral antecipada via rádio em Piripiri/PI. Alegam que JÔVE OLIVEIRA é radialista; exerce atividade político-partidária no município; foi vencida nas Eleições de 2016 para o cargo de prefeita; encontra-se, atualmente, na condição de suplente de Deputado Estadual e mantém, hoje, por conta e recursos próprios, um programa na FM CIDADE DE PIRIPIRI, denominado VOZ DO POVO, veiculado aos sábados, no horário de 12h às 13h, o qual vem sendo utilizado para denegrir a atual gestão municipal e enaltecer a pré-candidatura já lançada da referida representada.

Asseveram que o irmão de JÔVE, VALDIVIELSON, ex-vereador, vencido para o mesmo cargo nas eleições de 2016, também apresenta um programa, chamado CIDADE URGENTE, na mesma rádio, aos sábados, por volta do meio dia, em que segue na mesma linha de ataque à atual Administração Municipal e engradecimento à pretensa candidatura da segunda demandada. Afirmam que a rádio FM CIDADE DE PIRIPIRI apoia e é conivente com a aludida conduta, na medida em que tem conhecimento dos fatos e se omite em evitar os ilícitos de abuso dos poderes de comunicação e econômico.

Transcrevem diversos trechos de programas veiculados no período de maio a agosto/2019 e, ao final, pugnam, dentre outras providências, pela procedência da demanda, para ver proibida a veiculação de propaganda extemporânea, mediante a suspensão da veiculação dos programas de rádio referidos e, ainda, a condenação dos recorridos ao pagamento da multa prevista no art. 36, § 3º, da Lei n. 9.504/97, em patamar máximo.

Acompanharam a inicial a mídia com as respectivas gravações de trechos dos programas tidos como mais relevantes para o autor (fls. 45/58 – ID 2491370); cópia da programação da rádio FM CIDADE DE PIRIPIRI, extraída do respectivo site (fls. 59/60 – ID 2491370); e cópia de matéria jornalística veiculada pelo site Portalaz, em 14/08/2019, anunciando que, segundo “pesquisa espontânea de intenção de votos”, JÔVE OLIVEIRA “tem a maior preferência de eleitores em Piripiri” (fls. 62/63 – ID 2491370).

Às fls. 67/69 – ID 2491370, decisão indeferitória do pedido de liminar formulado pelo representante, por ausência de *periculum in mora*, dado o “recuo do tempo em relação ao início do processo eleitoral vindouro”.

Os impugnados apresentaram defesa às fls. 79/88 e 90/99 – ID 2491370, argumentando, em suma, que: a) não fizeram propaganda eleitoral antecipada; b) teceram meras críticas à atuação do Chefe do Executivo Municipal, dissociadas do contexto eleitoral e no exercício do direito de expressão; c) Jovenília não se apresentou como candidata à Prefeitura em 2020; d) não houve pedido expresso de voto; e e) não houve propaganda negativa de candidatos opositores nem gravidade nas condutas. Ao final, protestaram, sucessivamente, pela improcedência da demanda e pela aplicação de multa no patamar mínimo.

O Promotor Eleitoral emitiu parecer às fls. 113/115 – ID 2491370, pela improcedência da representação, dada a ausência de pedido explícito de voto nas falas degravadas nos autos.

A sentença questionada foi proferida às fls. 129/134 – ID 2491370, sob os fundamentos de que, “no caso em análise, consubstanciam-se de forma reiterada e contundente críticas ao gestor do município”, “mas não fogem ao princípio constitucional da liberdade de expressão”, uma vez que não houve pedido explícito de votos e que o art. 36-A da Lei n. 9.504/97 “permite a participação de filiados a partidos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos”.

A magistrada a quo assentou que, nos autos, “não há uma caracterização que tipifique a conduta elencada na peça exordial, por inexistir o pedido explícito de voto, a menção a cargo eletivo e a promoção pessoal em detrimento de possível pré-candidato oposto”.

Inconformado, o autor da ação interpôs o recurso sob análise às fls. 131/147 – ID 2491370, sustentando, em síntese, que: a) os citados programas de rádio não possuem cunho jornalístico e informativo, nem são programas de entrevistas e debates dos quais todos possam participar; b) a conduta é repetida todos os sábados, no mesmo horário, com a mesma pauta, em rádio com alcance em todo o município; e c) embora não haja pedido de voto, estão sendo violados os §§ 2º e 3º, do art. 36-A, da Lei das Eleições, que vedam, respectivamente, a divulgação, por parte de profissionais da comunicação social, de pré-candidatura e de ações políticas que pretendem desenvolver, bem como a propaganda paga, vez que a emissora informa, antes de iniciados os programas, que sua veiculação é de total responsabilidade dos idealizadores.

Em arremate, pugnou: a) pela reforma da decisão que denegou a liminar e a tutela inibitória, a fim de que seja concedida liminar para a suspensão dos referidos programas, bem como para que os representados se abstênam de veicular esse tipo de programa e, subsidiariamente, a busca e apreensão do transmissor da rádio; e b) pelo reconhecimento da procedência do recurso para ver deferidos os pedidos

exordiais, ante a proibição da propaganda eleitoral extemporânea, com a suspensão da veiculação dos programas de rádios, e a condenação dos recorridos ao pagamento da multa prevista no art. 36, §3º, da lei nº 9.504/97.

Apesar de devidamente intimados, os recorridos não apresentaram contrarrazões – fl. 153 – ID 2491370.

Manifestou-se o Promotor Eleitoral, às fls. 156/159 – ID 2491370, pelo desprovimento do apelo.

Já no Tribunal, a Secretaria Judiciária certificou que “não foi possível a inclusão dos arquivos constantes da mídia de fl. 66, mesmo após aberto chamado à Secretaria de Tecnologia e Informática, conforme a informação em anexo” – ID 2514170.

O Procurador Regional Eleitoral, por sua vez, pronunciou-se no ID 2546670, pelo desprovimento do recurso, em suma, por entender que “no caso dos autos, não se vislumbra a presença de elementos essenciais à caracterização da propaganda antecipada, quais sejam: pedido de apoio político e divulgação de pré-candidatura, das ações políticas desenvolvidas e das que se pretende desenvolver por parte dos representados”.

É o relatório.

V O T O

O SENHOR JUIZ FEDERAL AGLIBERTO GOMES MACHADO (RELATOR): Senhor Presidente, Senhores Juízes Membros desta Egrégia Corte, Senhor Procurador Regional Eleitoral, Senhores Advogados e demais pessoas presentes,

Presentes os pressupostos recursais de admissibilidade, objetivos e subjetivos, conheço do recurso.

Consoante relatado, trata-se de ação por propaganda eleitoral extemporânea, ajuizada pelo partido ora recorrente contra FM CIDADE DE PIRIPIRI LTDA., JOVENÍLIA ALVES DE OLIVEIRA MONTEIRO e VALDIVIELSON DE OLIVEIRA MONTEIRO, julgada improcedente pelo Juízo da 11ª Zona, com base nos seguintes pilares:

“No caso em análise, consubstanciam-se de forma reiterada e contundente críticas ao gestor do município de Piripiri, atual prefeito, por parte dos representantes.

Tal ação, mesmo que em conjunto e se utilizando de recursos financeiros próprios, não foge do princípio constitucional da Liberdade de Expressão consagrado na nossa Carta Política.

Assim, o art. 36-A da Lei n. 9.504/97, para afirmar categoricamente que a menção à pretensa candidatura e a exaltação das qualidades pessoais do pré-candidato não configuram propaganda antecipada, desde que não envolva pedido explícito de votos.

O referido artigo reza que é permitida a participação de filiados a partidos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos. As emissoras de rádio e TV devem dar tratamento isonômico aos pré-candidatos.

Desde que não se faça pedido de votos, pode haver a divulgação de atos de parlamentares e debates legislativos, bem como posicionamento pessoal sobre questões políticas, inclusive nas redes sociais.

[...]

Dessa forma, como se pode verificar nos presentes autos, não há uma caracterização que tipifique a conduta elencada na peça exordial, por inexistir o pedido explícito de voto, a menção a cargo eletivos e a promoção pessoal em detrimento de possível pré-candidato oposto.

Verificam-se, no entanto, apenas críticas contundentes à atual administração municipal por possíveis práticas com as quais os representados discordam, mas estes se utilizam do direito constitucional da liberdade de expressão como profissionais de rádio que são”.

Os recorrentes, em contrapartida, alegam que, embora não haja pedido explícito de votos nos aludidos programas de rádio, estão sendo violados os §§ 2º e 3º, do art. 36-A, da Lei das Eleições, que vedam, respectivamente, a divulgação, por parte de profissionais da comunicação social, de pré-candidatura e de ações políticas que pretendem desenvolver, bem como a propaganda paga, vez que a emissora informa, antes de iniciados os programas, que sua veiculação é de total responsabilidade dos idealizadores.

Pois bem.

A matéria é regida, fundamentalmente, pelo art. 36-A da Lei das Eleições, que dispõe:

Art. 36-A. Não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e os seguintes atos, que poderão ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet:

I – a participação de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos, observado pelas emissoras de rádio e de televisão o dever de conferir tratamento isonômico;

II – a realização de encontros, seminários ou congressos, em ambiente fechado e a expensas dos partidos políticos, para tratar da organização dos processos eleitorais, discussão de políticas públicas, planos de governo ou alianças partidárias visando às eleições, podendo tais atividades ser divulgadas pelos instrumentos de comunicação intrapartidária;

III – a realização de prévias partidárias e a respectiva distribuição de material informativo, a divulgação dos nomes dos filiados que participarão da disputa e a realização de debates entre os pré-candidatos;

IV – a divulgação de atos de parlamentares e debates legislativos, desde que não se faça pedido de votos;

V – a divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas, inclusive nas redes sociais;

VI – a realização, a expensas de partido político, de reuniões de iniciativa da sociedade civil, de veículo ou meio de comunicação ou do próprio partido, em qualquer localidade, para divulgar ideias, objetivos e propostas partidárias.

VII – campanha de arrecadação prévia de recursos na modalidade prevista no inciso IV do § 4º do art. 23 desta Lei.

§ 1º É vedada a transmissão ao vivo por emissoras de rádio e de televisão das prévias partidárias, sem prejuízo da cobertura dos meios de comunicação social.

§ 2º Nas hipóteses dos incisos I a VI do caput, são permitidos o pedido de apoio político e a divulgação da pré-candidatura, das ações políticas desenvolvidas e das que se pretende desenvolver.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica aos profissionais de comunicação social no exercício da profissão.

Como visto, a Lei das Eleições, com as alterações efetuadas pela Lei n. 13.165/15, estabeleceu um farto rol de condutas isentas da pecha de propaganda eleitoral antecipada, ampliando as possibilidades de divulgação de pré-candidatura, autopromoção, propostas e plataformas políticas.

O caput do dispositivo contém a regra geral, com permissão para menção à pretensa candidatura, exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e todos os demais atos elencados nos incisos seguintes, mediante cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet, desde que não haja pedido explícito de votos. Como dito, essa é a regra.

Ressalto que, no inciso I, o verbete utilizado para a conduta autorizada é “participação” de filiados a partidos políticos ou de pré-candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet, inclusive com a exposição de plataformas e projetos políticos, observado pelas emissoras de rádio e de televisão o dever de conferir tratamento isonômico. Não se incluiu no normativo que excepciona as hipóteses de propaganda antecipada a “apresentação” de programa de rádio, TV ou internet; e, por outro lado, determinou-se que o acesso a tais meios deve se dar em pé de igualdade em relação a todos os possíveis candidatos.

Seguindo, observo que o § 2º alarga ainda mais a lista de condutas franqueadas aos pré-candidatos, assentindo com o pedido de apoio político e a divulgação da pré-candidatura, das ações políticas desenvolvidas e das que se pretende desenvolver, nas situações descritas nos incisos que o antecedem.

Ocorre, porém, que o § 3º exclui os profissionais de comunicação social, no exercício da profissão, das liberalidades do § 2º. E o faz, certamente, por dever de zelo à isonomia entre os pretendentes players da corrida eleitoral, considerando que, pela própria natureza de seu mister, tais profissionais já exibem para o grande público sua figura normalmente, fazendo-se lembrar para o eleitorado em geral, de modo habitual –

oportunidade que não contempla os demais pré-candidatos. Tal condição exige, de fato, um maior cuidado, a fim de que aquele que trabalha se expondo diretamente no rádio, na TV ou na internet não se utilize dessa vantagem, em proveito próprio, para fins especificamente eleitorais.

Ressalto que, não obstante o marcante avanço da influência da internet nas campanhas eleitorais, nas pequenas cidades do interior do país, o rádio ainda é o meio de comunicação de maior alcance, o que torna mais gravosa sua utilização para fins vedados na legislação.

Esmiuçada a normatização de regência, demarco que a prova constante dos autos consiste em mídia, degravações de trechos dos programas de rádio mencionados na inicial, uma cópia da programação exposta no site da emissora demandada e uma cópia de matéria exibida em 14/08/2019, no Portalaz, site de notícias de grande visibilidade no Piauí, com a manchete “Data AZ: Jôve Oliveira tem maior preferência de eleitores em Piripiri”.

Acerca do arcabouço probatório, ressalto, logo a princípio, que adoto as razões expostas pela Procuradoria Regional Eleitoral, no que tange à valoração da prova constante na mídia que, segundo a inicial, contém a íntegra dos programas de rádio veiculados no período de maio a agosto de 2019, a qual, por impossibilidade técnica, atestada pela Secretaria de Informática deste Tribunal, encontra-se danificada.

Como bem salientado pelo Ministério Público, tal entrave não ocasionou qualquer prejuízo à análise do mérito da causa, tendo em vista que foram transcritos na exordial e degravados em documento à parte todos os trechos das falas dos representados tidos como relevantes pelo representante, bem como que os demandados, em momento algum, questionaram a veracidade ou a autoria do conteúdo ali retratado, tornando tais fatos incontroversos.

Sendo assim, reputo válidas, para efeito de prova, as transcrições e as degravações que, respectivamente, compõem e acompanham a exordial.

Quanto ao teor da prova, não obstante a sentença e o parecer ministerial afirmem que contém meras críticas à atuação do atual gestor municipal, sem conotação de propaganda eleitoral, a meu ver, os pronunciamentos dos representados, enquanto radialistas, merecem uma análise mais detalhada.

Isso porque o caso encerra peculiaridades que não passam despercebidas e que tornam o conteúdo de alguns programas evidentemente eleitoral.

Nesse sentido, a representada Jôve Oliveira e seu irmão, também representado, Valdivielsom de Oliveira, possuem, ambos, carreira política no município de Piripiri/PI. Ela já foi vereadora, concorreu ao cargo de prefeita em 2016, tendo sido vencida na disputa pelo atual gestor; e, hoje, é suplente de Deputado Estadual. Já o segundo é ex-vereador de Piripiri e se candidatou novamente à vereança no pleito passado, mas não logrou êxito.

Outro fato que chama a atenção é que, no site da rádio FM CIDADE DE PIRIPIRI, consta que os programas apresentados, ao vivo, pelos recorridos, VOZ DO POVO e CIDADE URGENTE, aos sábados, no horário de 12h às 14h, são os únicos de toda a grade semanal que aparecem com o status de “PROGRAMA PARTICULAR”, denotando que se trata de uma produção de ambos.

Quanto aos pronunciamentos dos apresentadores, todos eles, no período de 18 de maio a 24 de agosto/2019, contêm ácidas críticas à atual Administração municipal, o que, como sabido, constitui exercício legal e legítimo do sagrado e constitucional direito à livre expressão. No entanto, algumas daquelas falas encontram-se salpicadas de inegável viés eleitoral, como se observa das passagens retratadas a seguir.

No dia 18 de maio de 2019, a apresentadora Jôve Oliveira anunciou que tem se reunido com lideranças para buscar estratégias para governar Piripiri, buscar emendas parlamentares, fazer obras na cidade, gerar emprego e renda e buscar oportunidade para quem produz. Declara, ainda, para os ouvintes, que está aberta ao convite e ao diálogo, querendo ver a cidade prosperar, e termina a fala conclamando a população a acompanhá-la com um expresso pedido de que os munícipes a apoiem:

"Quando eu faço uma reunião na minha residência, eu chamo amigos, convido pessoas e lideranças para falar, buscar estratégias, para tirar Piripiri desse marasmo, desse buraco, desse ostracismo, dessa devastação. A gente se reúne para dialogarmos em buscarmos emendas parlamentares, em trazermos obras, em gerar emprego e renda, em buscar uma oportunidade para quem produz nessa cidade, seja na cidade ou no campo, possa ser valorizado. É isso que eu quero minha gente. É uma cidade para todos e não só para meia dúzia. Onde quem é pobre possa prosperar e quem já se está em uma condição melhor não perca também a sua qualidade de vida. Um governo que possa agregar, que possa abraçar a todos sem distinção, sem essa futrica, sem essa falsidade, sem esse jogo de interesse que só tem atrasado Piripiri. Então, um grande abraço. Eu começo o programa hoje com esse desabafo. Mais uma essa semana que a gente fecha com a cabeça erguida, Wilsom Monteiro. Cabeça erguida. **Confiantem num futuro melhor, confiante na mudança. E se querem convidar a Jôve para o diálogo, eu tô aqui, de braços abertos, de coração aberto, querendo ver minha cidade prosperar, avançar, é isso que eu quero.** E não vê-la destruída, devastada, como ela está atualmente. E há quase 40 anos é desgovernada pelo mesmo grupo político que não pensa em outra coisa a não ser destruir os sonhos e se apropriar do que é público. **Vem comigo Piripiri.**"

No dia 24 de agosto 2019, **Valdivielson Monteiro** admitiu que seu programa representa os interesses do grupo político liderado por Jôve Oliveira e divulgou pesquisa favorável à pré-candidata, assinalando ser ela a favorita para o pleito vindouro:

“Mas o programa da verdade com Valdivielson Monteiro, o programa do maior grupo político de Piripiri que tem à frente Jôve Oliveira, as pesquisas, a última pesquisa coloca Jôve Oliveira como favorita, o segundo colocado que é o gestor municipal lá embaixo. Piripiri um novo rumo. Uma nova história. Um novo tempo. Um tempo de oportunidade para homens e mulheres. Para o povo de Piripiri.”

Cumpre ressaltar que restou consignado na inicial e não foi refutado pelos demandados que, antes de iniciar os programas, a emissora anuncia que a responsabilidade por sua veiculação é totalmente de seus idealizadores.

Assim, como se observa, os recorridos, no papel de comunicadores sociais, mantêm e apresentam, por conta própria, dois programas na rádio demandada, dedicados a tratar de questões político-administrativas do município de Piripiri, sempre com duras falas contra a atual gestão, não admitindo participação ou intervenção de terceiros opositores, todos os sábados, pelo menos, desde maio de 2019.

Pode-se afirmar, diante disso, que se ultrapassou a zona limítrofe entre a legalidade e a ilegalidade no que tange à propaganda antecipada, de modo que desbordam do permissivo legal quando constatadas em suas falas quaisquer das condutas descritas no citado § 2º, do art. 36-A, consubstanciadas em: pedido de apoio político e divulgação da pré-candidatura, das ações políticas desenvolvidas e das que se pretende desenvolver.

Ora, pelo menos, nos dois trechos acima destacados, é nítida a ocorrência de divulgação das ações políticas que a representada Jôve Oliveira pretende desenvolver ao assumir a direção do município, na medida em que se compromete a buscar emendas parlamentares, realizar obras, gerar emprego e renda para a população, etc. Houve, também, evidente propaganda de sua pré-candidatura, uma vez que se anunciou abertamente seu nome como favorita para o pleito vindouro em pesquisa divulgada pelo representado Valdivielson. Ademais, o chamamento da população para segui-la, no contexto e, especialmente, no final da fala, possui inegável nuance eleitoral.

Dessa forma, embora a quase totalidade das narrativas elencadas na inicial seja de conteúdo crítico à Administração, percebe-se que se ultrapassou, em alguns momentos, a barreira da livre opinião política, o que não pode ser tolerado, em atenção à lisura e à isonomia que devem reger o pleito que se avizinha. Vale assinalar que não se pode admitir condutas proibidas, expressa ou implicitamente, pela lei durante a pré-campanha, sob pena de que, no período não eleitoral, se possa mais, em termos de propaganda, do que durante a própria campanha.

Saliento que o fato de estarmos ainda no ano anterior ao eleitoral, em determinadas situações, como a que hora se analisa, representa um fator de maior preocupação com relação à propaganda eleitoral irregular, porque não se trata de uma aparição ou fala esporádica, eventual, avulsa, numa breve entrevista

ou participação em programa. Trata-se de uma conduta habitual, recorrente e periódica, continuada todos os sábados, que, por canalizar mensagem de campanha, possui forte potencial de influenciar o eleitorado, afetando o equilíbrio entre os futuros concorrentes, justamente pela longa (mas reiterada) antecedência em relação ao pleito.

No exercício do seu mister, o radialista não pode se valer do alcance de seus pronunciamentos, recebidos de forma passiva na casa dos eleitores, para se beneficiar politicamente visando atrair para si votos no futuro pleito eleitoral.

No presente caso, o simples fato de não haver pedido explícito de voto, não retira da conduta denunciada a ilicitude. É que a interpretação sistemática e até mesmo literal do art. 36-A conduz à conclusão de que o pré-candidato que possui o ofício de radialista pode praticar as ações descritas no caput e nos incisos do aludido dispositivo, como qualquer outro pretenso concorrente, em igualdade de condições. Contudo, é expressamente vedado que, no EXERCÍCIO DO SEU MISTER, isto é, enquanto trabalha, no papel de apresentador de programa de rádio, incida nas práticas elencadas no § 2º do mesmo artigo, por expressa proibição do § 3º seguinte.

A propósito, em paradigmático voto, proferido em 02/10/2018, sob a Relatoria da Min. Rosa Weber, o Tribunal Superior Eleitoral assentou, em firmes bases, que a ausência de pedido explícito de voto não representa permissivo geral para o entendimento de que, excluída tal circunstância, tudo é permitido. Senão, veja-se:

ELEIÇÕES 2016. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA EXTEMPORÂNEA. OUTDOOR. DIVULGAÇÃO DE PESQUISA DE OPINIÃO APONTANDO O PREFEITO COMO O MAIS BEM AVALIADO. AUSÊNCIA DE PEDIDO EXPLÍCITO DE VOTO. CONDUTA QUE CONFIGURARIA PROPAGANDA VEDADA SE PRATICADA DURANTE O PERÍODO ELEITORAL. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

Histórico da demanda

- 1. Contra acórdão do TRE/ES, pelo qual mantida a procedência da representação por propaganda eleitoral extemporânea veiculada em outdoor – condenado ao pagamento de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) –, interpôs recurso especial Audifax Charles Pimentel Barcelos.*
- 2. Dado provimento ao recurso especial para julgar improcedente a representação, ausente pedido de votos na divulgação de pesquisa de opinião acerca de sua atuação como Chefe do Executivo Municipal – estampada a mensagem "Prefeito melhor avaliado (51,5%). É: da Serra, da Rede,*

Audifax", amparada no permissivo do art. 36-A da Lei nº 9.504/1997 –, maneja agravo regimental o Ministério Público Eleitoral.

Do agravo regimental

3. A ênfase que – na discussão dos processos sobre propaganda antecipada – tem sido dada ao debate sobre a existência ou não de pedido explícito de voto pode induzir à conclusão errônea de que, não havendo pedido explícito de voto, tudo é permitido.

4. O que o art. 36-A fez foi enumerar uma série de condutas as quais não serão consideradas propaganda antecipada, desde que não haja pedido expresso de voto nem proibição decorrente de outra norma.

5. Assim, por exemplo, desde que não haja pedido explícito de voto, não configura propaganda antecipada a divulgação de posicionamento pessoal sobre questão política, nos termos do inciso V do art. 36-A da Lei das Eleições. Todavia, se, para divulgação desse posicionamento pessoal, o pré-candidato contrata espaço publicitário na televisão, certamente haverá propaganda não só antecipada como vedada.

6. É exatamente a situação dos autos, em que o TRE/ES reconheceu a existência de outdoor, modalidade de propaganda expressamente proibida pelo § 8º do art. 39 da Lei das Eleições.

(...)

(Recurso Especial Eleitoral nº 1262, Acórdão, Relator(a) Min. Rosa Weber, Publicação: DJE – Diário de justiça eletrônico, Data 31/10/2018, Página 54)

No que tange à radio FM CIDADE DE PIRIPIRI LTDA., possui sua cota de envolvimento no ilícito, na medida em que, independentemente do tipo de contrato que mantém com os apresentadores e do aviso de que os programas são de inteira responsabilidade de ambos, para fins eleitorais, sobressai sua contribuição, por ação ou omissão, para que a ilegalidade aconteça, por meio de sua estrutura de transmissão.

A jurisprudência corrobora tal entendimento, como se vê dos excertos abaixo:

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2008. PRONUNCIAMENTO EM RÁDIO. PROPAGANDA ANTECIPADA. COMPROVADA. RESPONSABILIDADE DA EMISSORA. CONFIGURADA.

01. A responsabilidade da emissora de rádio decorre do dever de fiscalizar a atuação de seus prepostos, não como controle prévio do conteúdo de seus programas, o que

configuraria injustificável censura, há muito abolida nosso sistema, mas em caráter preventivo, orientando-os acerca das possíveis consequências de seus atos, cuja omissão, em vista o alcance da programação e de seu poder na formação da opinião pública, caracteriza, no mínimo, culpa in vigilando, motivo pelo qual deve ser também penalizada.

02. No caso concreto, comprovada a utilização de espaço em programa de emissora de rádio, de responsabilidade do radialista, que deliberadamente o cedeu aos pré-candidatos, para a realização de propaganda eleitoral antecipada, impõe-se o reconhecimento da ilegalidade da conduta, devendo os beneficiários e os responsáveis, direto e indireto, serem responsabilizados pelo ilícito cometido.

(...)

04. Recurso eleitoral da Rádio Comunitária Padre Pedro FM, conhecido e improvido, com alteração, contudo, de seu fundamento legal, com redução da multa.

(TRE/CE – RECURSO ELEITORAL n 956654823, ACÓRDÃO n 956654823 de 17/10/2012, Relator(aqwe) FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES, Publicação: DJE – Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 227, Data 23/10/2012, Página 13/14)

RECURSO – PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA – APRESENTAÇÃO DE PROGRAMA EM EMISSORA DE RÁDIO – ENALTECIMENTO DE QUALIDADES DE PRÉ-CANDIDATO – PEDIDO DE VOTO – PROFISSIONAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – VEDAÇÃO LEGAL À DIVULGAÇÃO DE PRÉ-CANDIDATURA PRÓPRIA – APLICAÇÃO DE MULTA – DESPROVIMENTO.

(...)

Caracteriza propaganda eleitoral antecipada, a veiculação de programa de rádio, por seu apresentador, pré-candidato, na data limite para afastamento para fins de disputar o pleito (art. 45, § 1º, da Lei n.º 9.504/97), com conteúdo eleitoral, enaltecendo suas qualidades e, de forma indireta, pedindo votos, ao afirmar que era pré-candidato ao cargo de Vereador, solicitando aos ouvintes para "não esquecer seu compromisso".

As franquias legais para a divulgação de pré-candidaturas enumeradas no art. 36-A da Lei das Eleições não se aplicam aos profissionais de comunicação social no exercício da profissão, por força do § 3º c/c o § 2º do mesmo dispositivo.

(TRE/RN – REPRESENTAÇÃO n 2321, ACÓRDÃO n 702/2016 de 23/11/2016, Relator(aqwe) ALCEU JOSÉ CICCO, Publicação: DJE – Diário de justiça eletrônico, Data 25/11/2016, Página 02/03)

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2016. REPRESENTAÇÃO. PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA. PROGRAMAÇÃO NORMAL DE EMISSORA DE RÁDIO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. MERAS CRÍTICAS À ATUAÇÃO DO GESTOR. AUSÊNCIA DE PEDIDO EXPLÍCITO DE VOTO OU LOCUÇÃO DIRIGIDA AO ELEITOR COM INDISFARÇÁVEL PEDIDO DE VOTO. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. Considera-se legítima para figurar no pólo passivo a emissora de rádio, ainda que o programa nela veiculado seja independente, uma vez que a relação contratual existente entre a emissora e o radialista apenas disciplina o vínculo jurídico existente entre os contratantes, não servindo como óbice à aplicação da legislação eleitoral, na ocorrência de infração.

2. Na propaganda eleitoral extemporânea, a expressão “pedido explícito de voto” há de ser considerada em sua acepção ampla, contemplando, dessa forma, locução dirigida ao eleitor com indisfarçável intuito de obter o seu voto.

3. Não evidencia a propaganda eleitoral antecipada meras críticas à atuação do gestor no que tange aos problemas que afigem os administrados, ainda que haja menção à candidatura futura.

4. Provimento do recurso.

(TRE/SE – Representação n 3597, ACÓRDÃO n 91/2017 de 30/03/2017, Relator(aqwe) DENIZE MARIA DE BARROS FIGUEIREDO, Publicação: DJE – Diário de Justiça Eletrônico, Tomo 60/2017, Data 04/04/2017)

Quanto à alegativa de que está havendo gasto eleitoral antecipado, de fato, é intrigante o questionamento sobre a identidade das pessoas ou da empresa que está (ão) arcando com o custo dos programas multicitados, uma vez que não existe gratuidade. É certo que não se pode realizar nenhuma despesa de campanha antes da abertura da conta específica para gastos eleitorais, sob pena de infração a normas de variadas naturezas nesta seara, inclusive, de configuração da hipótese do art. 30-A, da Lei das Eleições, que versa sobre arrecadação e gastos ilícitos de recursos.

Entretanto, no presente caso, tem-se apenas o frágil indício do anúncio da rádio sobre a responsabilização dos idealizadores dos programas pela sua veiculação, sem a certeza de que se está tratando não apenas do conteúdo transmitido, mas também dos custos envolvidos na transmissão.

Dessa forma, entendo que houve, na espécie, infração às normas que vedam a propaganda antecipada, especificamente, quanto às falas descritas no presente voto, externadas nos dias 18 de maio e 24 de agosto do ano em curso. Pondero, por outro lado, que, segundo a exordial e os documentos que a acompanham, os referidos programas foram veiculados em 14 (quatorze) sábados seguidos, no lapso entre 18 de maio e 24 de agosto, sendo que, pelas falas degravadas nos autos, em apenas 2 (dois) deles ultrapassou-se o limite imposto na lei.

Diante do exposto, em prestígio aos princípios de proporcionalidade e razoabilidade, VOTO, em dissonância em relação ao parecer ministerial, pelo conhecimento e provimento do recurso sob apreciação, para julgar procedente em parte a demanda, tão somente, para aplicar a sanção de multa prevista no art. 36, § 3º, da Lei n. 9.504/97, no patamar mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), de modo individual, a cada um dos representados **FM CIDADE DE PIRIPIRI LTDA., JOVENÍLIA ALVES DE OLIVEIRA MONTEIRO e VALDIVIELSON DE OLIVEIRA MONTEIRO.**

É o voto.

EXTRATO DA ATA

RECURSO ELEITORAL N° 0600574-03.2019.6.18.0000. ORIGEM: PIRIPIRI/PI (11ª ZONA ELEITORAL)

Recorrente: Partido da Social Democracia Brasileira, Diretório Municipal de Piripiri

Advogado: Antônio Mendes Moura (OAB/PI: 2.692)

Recorridos: Radio FM Cidade de Piripiri, Jovenilia Alves de Oliveira Monteiro e Valdivielso de Oliveira Monteiro

Advogado: Marcus Vinicius Santos Spindola Rodrigues (OAB/PI: 12.276)

Relator: Juiz Agliberto Gomes Machado

Decisão: ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, por unanimidade, CONHECER do recurso e DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, na forma do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Francisco Antônio Paes Landim Filho.

Tomaram parte no julgamento os Excelentíssimos Senhores: Desembargador Olímpio José Passos Galvão; Juízes Doutores – Agliberto Gomes Machado, Antônio Soares dos Santos, Thiago Mendes de Almeida Ferrer, Aderson Antônio Brito Nogueira e Charlles Max Pessoa Marques da Rocha. Presente o Procurador Regional Eleitoral Doutor Leonardo Carvalho Cavalcante de Oliveira.

SESSÃO DE 29.1.2020

PRODUTIVIDADE MENSAL DOS MAGISTRADOS DO TRE-PI								
JANEIRO – Período: 01/01/2020 a 31/01/2020								
MAGISTRADOS	ÓRGÃO JULGADOR	DECISÕES DO ART. 932,III do CPC	DECISÃO (MOV. SOB “3”)	JULGAMENTO COM MÉRITO	JULGAMENTO SEM MÉRITO	DECISÃO ADMINISTRATIVA	RESOLUÇÃO DO TRE-PI	TOTAL
DES. FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM (Presidente)	Corte	0	0	0	0	4	2	6
DES. OLÍMPIO JOSÉ PASSOS GALVÃO (Vice-Presidente e Corregedor) Substituto	Corte	0	1	4	0	2	0	7
DR. AGLIBERTO GOMES MACHADO	Corte	0	0	9	0	0	0	9
DR. ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA	Corte	0	3	0	0	0	0	3
DR. ANTÔNIO SOARES DOS SANTOS	Corte	0	1	1	0	0	0	2
DR. THIAGO MENDES DE ALMEIDA FÉRRER	Corte	0	1	3	0	0	0	4
DR. CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA	Corte	0	0	2	3	0	0	5
TOTAL		0	6	19	3	6	2	36

Fontes: Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP, Processo Judicial Eletrônico – PJe

Informativo TRE-PI – JANEIRO 2020. Disponível no link **Jurisprudência:** <http://www.tre-PI.jus.br/novo/jurisprudencia/informativo>